

Sobre argumentos assimétricos e adjuntos na aquisição do português brasileiro¹

Ruth E. Vasconcellos Lopes

Universidade Estadual de Campinas, Campinas - Brasil

Resumo

Trata o artigo da aquisição de argumentos e adjuntos. Para tanto, foram analisados dados de três crianças brasileiras entre as idades de 1;8 a 3;7. Verificou-se uma assimetria na produção de sujeitos e objetos, amplamente discutida na literatura sobre aquisição em diferentes línguas. Os adjuntos, por outro lado, são produzidos de forma complexa muito precocemente. Assumimos que relações de complementação e adjunção não colocam problemas para a aquisição, mas especificadores complexos, sim, pois dependem de mecanismos de concordância nem sempre especificados nas gramáticas iniciais.

Palavras-chave: teoria gerativa - aquisição - argumentos - adjuntos

Abstract

Our aim here is to discuss the acquisition of arguments and adjuncts in Brazilian Portuguese. Spontaneous production data from three children, ages between 1;8 and 3;7, were analyzed. Our results point to an asymmetry in the production of subjects and objects – an issue largely discussed in recent acquisition literature for

different languages. Adjuncts, on the other hand, are acquired very early. We hypothesize that complement and adjunct relations pose no problems for early grammars, but complex specifiers do, since they depend upon agreement operations which will not be in place from the onset.

Keywords: Generative Theory - acquisition - arguments - adjuncts

1. INTRODUÇÃO

Um fenômeno bastante observado nas fases iniciais de aquisição da linguagem é a tendência de as crianças pequenas omitirem elementos presentes na língua-alvo que estão adquirindo, tais como o sujeito, entre outros. Um dos tópicos mais investigados na literatura gerativista recente é justamente o “estágio do sujeito nulo”: independentemente da língua a ser adquirida – se de sujeito nulo ou não – as crianças parecem começar a produzir sentenças sem sujeitos realizados. Porém, um fato interessante é que, nessa mesma fase, as crianças produzem objetos plenos, como em (1a).

A assimetria observada na produção de sujeitos e objetos tem sido amplamente estudada em muitas línguas (ver Bloom, 1990, 1993; Ezeizabarrena, 1997; Hyams, 1994; Hyams & Wexler, 1993; Rizzi, 1994; Valian, 1991; Wang et al, 1992; dentre vários outros). Tais estudos mostram que, nos estágios iniciais de aquisição, DPs plenos em posição de objeto (contendo ao menos o determinante além do nome) são usados mais frequentemente do que DPs plenos em posição de sujeito (1a, b, respectivamente), enquanto que pronomes são usados menos em posição de objeto do que de sujeito (2). Também mostram que crianças, como dissemos acima, tendem a apresentar maior queda de elemento na posição de sujeito (1a) do que de objeto (3), mesmo em línguas de objeto nulo como o chinês e o português brasileiro (PB):

(1) a. [] teimei (= queimei) *o dedo* (R. 2;01)

b. *O coelhinho* chorou (R. 3;03)

(2) *Eu* vou lavar *ele* (R. 2;00)

(3) *Eu* perdi [] (R. 2;00) [referindo-se a um pé do sapato da boneca]

Bloom (1993) levanta outro aspecto da assimetria. De acordo com ele, sujeitos lexicais não-pronominais tendem a ser “mais curtos” do que objetos lexicais não-pronominais; em outras palavras, crianças pequenas tendem a omitir o determinante no DP (do inglês, *determiner phrase*) em posição de sujeito, produzindo nomes nus, mais freqüentemente do que o fariam em posição de objeto.² Assim, (4a) deve ocorrer com mais freqüência do que (4b):

(4) a. * *Babalu* (= cavalo) tá papando (R. 1;09)

b. * Vai limpar *narizinho*. (A. 1;10)³

Nosso objetivo, neste artigo, é examinar essa assimetria, de forma mais descritiva, em crianças adquirindo o PB. Vamos, ainda, comparar a aquisição de argumentos com a dos adjuntos adverbiais ‘puros’, ou seja, aqueles que se adjungem preferencialmente ao sintagma verbal (VP) ou a TP (do inglês, *tense phrase*), com o intuito de verificar se os adjuntos também colocam algum problema para a criança pequena em fase de aquisição, quando comparados aos argumentos.

Diferentes explicações são encontradas na literatura sobre o fenômeno da assimetria, com desdobramentos também para hipóteses de desenvolvimento lingüístico. Podemos, entretanto, dividi-las em duas grandes tendências: teorias de competência e teorias baseadas em *performance*.

A primeira toma a produção infantil como um reflexo direto de competência lingüística da criança e, portanto, tudo aquilo que difere da gramática adulta deve ser entendido como falta de conhecimento apropriado em relação à língua-alvo. Normalmente, as explicações envolvem a noção de reacionamento paramétrico ou no fato de a criança ainda não projetar categorias funcionais como AgrP, TP, CP e DP.⁴ Mais recentemente, a partir do Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e obras posteriores), as explicações tendem a envolver traços associados a determinadas categorias que não estariam, então, totalmente especificados na gramática infantil.

A segunda tendência, por outro lado, sustenta que as crianças apresentam severas limitações em relação à complexidade dos enunciados que são capazes de produzir. Assim, admite-se que tenham as mesmas capacidades gramaticais do adulto, embora as omissões sejam resultado de fatores de *performance* e não conhecimento lingüístico deficiente.⁵ Partindo dessa hipótese, Bloom (1990) mostrou que senten-

ças com VPs mais longos ocorrem geralmente sem sujeitos realizados foneticamente, enquanto que sentenças com VPs curtos podem apresentar sujeito. Embora isso seja um fato empírico, não explica por que a criança ainda produz verbos, por exemplo, ou, mais importante ainda, objetos. Hyams & Wexler (1993) discordam dessa visão e os meus próprios resultados mostram que não há nenhuma correlação estatística relevante entre o tamanho do VP e a presença ou não de sujeito na sentença. Se fosse esse o caso, deveríamos esperar que sujeitos realizados ocorressem com mais frequência com verbos intransitivos ou, no caso do PB, com transitivos seguidos de objeto nulo, já que o problema se restringe apenas à realização de um sentença pelos componentes de *performance*, mas tais correlações não se sustentaram em nossos dados. Veremos, ainda, que a produção de adjuntos nas fases iniciais coloca um sério problema para hipóteses de *performance*, dado que a previsão natural seria a sua não produção por limitações de memória, por exemplo, o que não ocorre.

Embora as sentenças (4a) e (4b) sejam agramaticais em PB adulto, uma vez que deveriam apresentar uma descrição definida em posição de sujeito (a) e de objeto (b), ao invés de nomes nus não-específicos, as sentenças (1) a (3) são gramaticais. Contudo, a despeito de sua aparência “adulta”, uma análise mais detalhada vai nos mostrar contrastes importantes na frequência de produção de elementos em posição de sujeito e objeto nos estágios iniciais de aquisição, quando comparados com a gramática do PB adulto. Vamos, assim, examinar as propriedades da realização de sujeito na fala de três crianças brasileiras, entre as idades de 1;9 e 3;7 anos, correlacionando sua produção a marcas de concordância no verbo.

Embora as crianças produzam DPs plenos em posição de objeto como em (1a), em posição de sujeito a tendência é haver um elemento nulo (1a), um pronome (2) ou um nome nu agramatical (4a), quando se compara com a produção de DPs plenos, como em (1b), que surgem mais tardiamente no processo de aquisição. A assimetria sujeito-objeto só será trazida como contraponto para que se entendam as complicações relativas à posição de sujeito no período inicial de aquisição, não sendo nosso objetivo explorar o objeto aqui para além da mera descrição dos fatos.⁶ Finalmente, vamos comparar a produção dos argumentos com a dos adjuntos adverbiais.

Em relação ao sujeito, nossa análise parte da hipótese de que a gramática inicial da criança difere da do adulto por apresentar alguns traços – mais especificamente, traços-fi (gênero, número e pessoa) – subespecificados nas categorias relevantes. Em outras palavras, esses traços fazem parte de uma dada categoria funcional, o que

garante que a criança produza sempre elementos de ordem nominal em posição de sujeito, mas sua seleção quanto ao valor que tem na língua-alvo ainda não está ativa na gramática infantil. Assim, partimos de uma hipótese de competência, assumindo que todos os componentes da Gramática Universal (GU) estejam disponíveis para a criança desde o início do processo, conquanto o conhecimento de sua língua específica seja adquirido ao longo do desenvolvimento. Em relação ao fenômeno sob análise, isso implica que o conhecimento específico da gramática-alvo envolve a seleção de um conjunto de traços a serem especificados como traços de *concordância*. Tomamos a seleção como em Chomsky (1998: 20):

“A GU disponibiliza um conjunto F de traços (propriedades lingüísticas) e operações do sistema computacional C_{HL} que acessam F para gerar expressões. /.../ adquirir uma língua envolve ao menos a seleção dos traços [F], a construção de itens lexicais LEX e o acionamento paramétrico.” (minha tradução)

Entendemos aqui a seleção como um processo gradual, não necessariamente adquirido pela criança de uma única vez, se não pela seleção propriamente dos traços relevantes – já que são parte de um conjunto fixo de possibilidades em GU -, pelo menos no que tange à especificação de seus valores, conforme deve ficar mais claro no decorrer de nossa argumentação.

Desde o início, a criança pode selecionar os traços-fi em T, que precisam ser checados pelo morfema de concordância verbal para que as sentenças convirjam. O que ela precisa “descobrir”, durante o processo de aquisição, é se os traços-fi são completos ou defectivos em sua língua. Caso sejam defectivos, a criança precisa selecionar os traços relevantes: [\pm pessoa] e/ou [\pm número]. Vamos aqui seguir Chomsky (1995), considerando que AGR(ement) não é um núcleo funcional independente, dado que suas propriedades são relacionais e não recebem interpretação em Forma Lógica (LF).

Este artigo será organizado da seguinte forma: na seção 2 apresentamos nossos resultados, comparando-os às análises recentes para o PB, uma língua que, como se sabe, passou por uma mudança no paradigma verbal que resultou em sua inabilidade em licenciar sujeitos nulos referenciais; na seção 3, discutiremos os resultados apresentados, propondo uma análise, à guisa de conclusão.

2. CONSIDERAÇÕES EMPÍRICAS

2.1. Os sujeitos

Todas as crianças analisadas são filhas de pais altamente escolarizados (professores universitários) e são monolíngües. Uma delas (R) é de Campinas (interior do estado de SP) e duas (AC e G), de Porto Alegre.⁷ Todas as gravações são de fala espontânea, feitas na casa das crianças através da livre interação com adultos, normalmente o pesquisador, mas também, eventualmente, a mãe e o pai.

Embora os dialetos não sejam os mesmos, em todos os casos os paradigmas verbais a que as crianças estão expostas são os mesmos, o que nos garante uma possível comparação. Em outras palavras, em todos eles não há a flexão verbal para a 2ª. pessoa do singular – ponto a que voltaremos no decorrer da discussão. As crianças de Porto Alegre, entretanto, produzem quase que exclusivamente a forma ‘tu’ para a segunda pessoa do discurso, raramente utilizando ‘você’, como R.; contudo, trata-se de uma opção lexical, já que o paradigma verbal dessas crianças não apresenta flexão para a 2ª. pessoa do singular, conforme pontuamos acima.

Abaixo apresentamos uma tabela com os arquivos considerados por idade de cada criança e o total de dados analisados por arquivo (Tabela 1)

Como se vê, as crianças foram gravadas em diferentes idades, daí não haver arquivos para todas elas em todas as faixas etárias examinadas. Os arquivos iniciais foram fundidos em função da baixa produção de sentenças. Ao longo da discussão essas faixas serão traduzidas em fases de desenvolvimento, pois o que nos interessa são os eventuais padrões de aquisição que possam ser depreendidos dos dados.

IDADE DA CRIANÇA	R	AC	G	Número de sentenças
1;8 - 1;10	88	58	68	214
1;11	84	-	-	84
2;0	100	-	-	100
2;1	65	107	183	355
2;2	50	-	-	50
2;3	108	199	373	680
2;4	85	-	-	85
2;8	65	363	203	631
3;0	-	523	340	863
3;3	111	-	-	111
3;6 - 3;7	-	229	350	579
TOTAL	<i>756</i>	<i>1479</i>	<i>1517</i>	<i>3752</i>

Tabela 1: Faixa etária analisada e nº de dados correspondente a cada idade

2.2. A análise dos dados

Foram considerados todos os enunciados que continham verbo. No caso dos sujeitos, foram desconsiderados os casos de nulos obrigatórios como expletivos nulos (5a), nulos com leitura arbitrária (5b), PRO controlado em infinitivas encaixadas (5c) e sentenças imperativas (5d):

- (5) a. Tem cadelinha (= cadeirinha) lá? (R. 1;11)
 b. Cuidado que [Ø cai na minha cadelinha] (R. 2;03)
 c. [] consegui [PRO tirar a unha do dedo ca (= com a) mão] (R. 2;08)
 d. Pega [] pra mim. (R. 2;11)

Também não foram consideradas as repetições exatas por parte da criança da fala anterior do adulto, assim como respostas a perguntas Sim/Não, como em (6). Embora sejam casos de verbos flexionados, computá-las aumentaria artificialmente os resultados para sujeito nulo como consequência de um contexto muito específico

de nulo, assim como enviesaria os resultados para objeto nulo, pois são casos de elipse de VP:

(6) Adulto: Você quer a mamadeira?

Criança: Ø quero Ø

2.3. Resultados

2.3.1. Sujeitos

A tabela abaixo traz as médias de produção de sujeito entre as três crianças, considerando a totalidade da amostra analisada.

Sujeito	%
Pronomes	44,5
Nulos	46,1
DPs	9,4
<i>Total</i>	<i>100</i>

Tabela 2: Média percentual de produção de sujeitos nas três crianças

Pode-se ver que a produção de pronomes e nulos é bastante equitativa, enquanto a de DPs é bastante baixa, confirmando as previsões feitas anteriormente. Os DPs incluem tanto os casos lícitos (com a presença de um determinante), quanto os nomes nus agramaticais.

Há uma ligeira diferença entre as crianças AC e G, por um lado, e R., por outro. As primeiras produzem sujeitos nulos em maior quantidade (53,7% vs. 38,5% para R.) do que sujeitos pronominais (39% vs. 50% para R.). O que nos interessa, entretanto, é a baixa produção de DPs, coincidente entre as crianças.

Resultados semelhantes são encontrados em Simões (2000), especialmente em relação aos DPs. A autora examinou a produção espontânea de um menino, também de Porto Alegre, entre as idades de 2;4 e 3;0 anos. Seus resultados médios percentuais são: 46,2% de sujeitos nulos referenciais, 37,6% de pronomes e 10,5% de sujeitos lexicais (DPs e nomes nus).⁸ Embora pareça haver uma tendência distinta

quanto ao uso de pronomes e nulos, mais coincidente com AC e G, quando os resultados são tomados desenvolvimentalmente apresentam um padrão similar, como veremos adiante: o uso de elementos nulos decresce de 54,9% no primeiro arquivo examinado para 34%, no último, enquanto o uso de pronomes sobe de 33,1% para 47,5%.

Na comparação com nossos dados, vamos separar R. e AC e G, apenas por razões metodológicas. Em todos os casos, há dois estágios que podem ser claramente detectados: um, em R., que inclui as idades entre 1;9 e 2;8, durante o qual a criança apresenta um comportamento bastante distinto do esperado em relação à gramática adulta, e outro quando ela está com 3;3 anos, quando o uso de sujeito se aproxima da gramática adulta, conforme se vê na Figura 1. É preciso considerar que, segundo Duarte (1995), o sujeito vazio não passa de 29% e, segundo Paredes (2001), o uso de DPs em adultos chega a 17%.

AC e G também se comportam de forma semelhante. Embora a figura revele o aumento de produção, as curvas são muito semelhantes entre 1;8 e 2;8 anos, havendo um ponto de virada aos 3;0 anos, quando a produção de pronomes excede a produção de nulos e há um ligeiro aumento nos DPs, conforme se vê na Figura 2.⁹

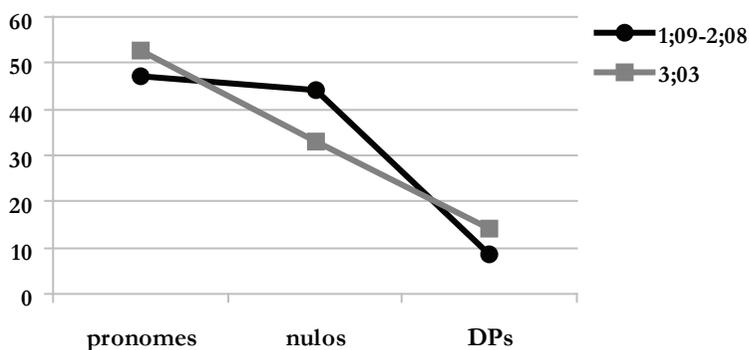


Figura 1: Uso do sujeito em R. em diferentes faixas etárias

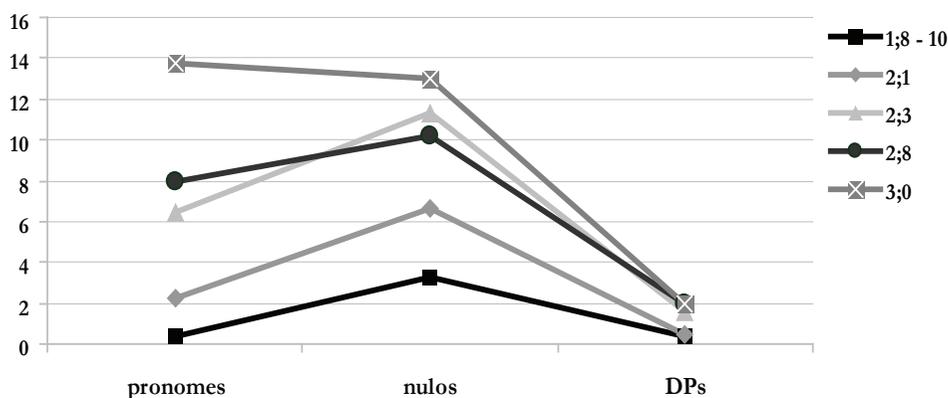


Figura 2: Uso do sujeito em AC e G. em diferentes faixas etárias (denominador = totalidade geral de ocorrências)

Ainda sobre o uso de DPs, Valian & Eisenberg (1996), estudando um grupo de 20 crianças adquirindo o português (idades entre 2;0 e 2;10) divididas em três estágios, mostram que o uso de sujeitos lexicais varia entre 9% para o primeiro estágio e 14% para o último.

É justo considerar que as três crianças inicialmente produzem um maior número de nulos e vão gradualmente preenchendo essa posição com pronomes. Não se verifica produção consistente de infinitivas-raiz. No caso de R., houve 9 casos (1,2% dos dados) e em AC e G., o percentual é de 1% dos dados, ou seja, 3 casos. Mesmo nos primeiros arquivos, os casos de sujeitos nulos ocorrem com verbos flexionados.

Para uma análise mais detalhada, vamos nos concentrar agora nos dados de R.

Duarte (1995) mostrou que o desenvolvimento de um sistema verbal menos rico em PB coincide com o decréscimo no uso de sujeitos nulos referenciais. Porém, enquanto a 1ª. e 2ª. pessoa do singular perfazem o maior percentual de sujeitos realizados fonologicamente, a 3ª. é a que ocorre mais freqüentemente como sujeito nulo, embora a morfologia verbal confunda as formas de 2ª. e 3ª. pessoas, como sabemos.

R. apresenta um uso de pronomes bastante similar ao padrão adulto, ou seja, ela também apresenta percentuais altos de sujeitos nulos na terceira pessoa do singular, realizando fonologicamente os de 1ª. pessoa com maior freqüência. Note-se, entretanto, que as formas plurais são sempre realizadas fonologicamente, um ponto a que voltaremos em breve.

PESS/Nº	1;9 Nulo	2;8 Pronome^b	Total^a 1º estágio	Nulo	3;3 Pronome^b	Total^a 2º estágio
EU	25,2	74,8	68,8	19,3	80,7	51,0
VOCÊ	47,8	52,2	12,7	20,0	80,0	19,5
ELE/ELA	51,6	48,4	17,0	46,2	53,8	25,5
NÓS	— ¹⁰	—	—	—	100	4,0
VOCÊS	—	—	—	—	—	—
ELES/ ELAS	—	100	1,5	—	—	—
TOTAL	32,2	67,8	100	25,5	74,5	100

Tabela 3: Média percentual de sujeitos nulos e pronominais em R.

(^a numerador = pessoa/número; denominador = total de sentenças com sujeito nulo ou pronominal em cada estágio; ^b numerador = total de nulos ou total de pronominais; denominador = total de ocorrências por pessoa/número.)

Em relação à concordância sujeito-verbo, R. não apresenta muitas substituições – ou casos de discordância –, especialmente para o singular. Há seis casos (2,4%) na primeira amostra, aos 1;9 anos. Todos envolvem o verbo *querer* em que a 1ª. pessoa do singular é realizada com a 3ª. pessoa do singular no verbo, embora o mesmo verbo também co-ocorra com a concordância esperada:

- (7) a. O (= eu) quer ver Sabinhu (= Fabinho) (R. 1;09)
 b. O quelu (= quero) esse (R. 1;09)

Por outro lado, até a idade de 2;8, a terceira pessoa do plural é constantemente usada com flexão singular no verbo (80%), como se a criança estivesse marcando o número no pronome, enquanto ainda não é capaz de especificar o traço de número no verbo:

- (8) a. Eles vai brincar (R. 2;02)
 b. Eles saiu da gaiola (R. 2;03)

Na amostra de 2;8 anos já se encontra um exemplo de concordância de núme-

ro no plural, embora os casos de discordância ainda não tenham cessado.

(9) Agora eles vão nanar (= dormir).

Aos 3;3 anos, que aqui consideramos como o segundo estágio de desenvolvimento, não há casos de 3ª. pessoa do plural, mas há de 1ª. do plural, todos realizados pelo pronome *nós* com a devida concordância verbal.

Podemos verificar um padrão semelhante para AC e G., na tabela 4 abaixo, embora com um número mais reduzido de casos de discordância.

FLEXÃO NO VERBO	Pessoa e Número no Sujeito (%)							
	EU	TU	Você	ELE/ELA	NÓS	A GENTE	ELES/ ELAS	TOTAL
1ª SING	27,05							27,05
2ª SING		0,20		0,03				0,24
3ª SING	0,48	12,07	0,89	54,24	0,06	11,38	0,34	69,25
1ª PL					1,79			1,79
3ª PL				0,03			1,62	1,65
TOTAL	<i>27,53</i>	<i>12,28</i>	<i>0,89</i>	<i>54,31</i>	<i>1,86</i>	<i>11,38</i>	<i>1,96</i>	<i>100</i>

Tabela 4: Concordância sujeito-verbo em AC e G
(denominador = totalidade geral de ocorrências)

Como se pode observar, os casos de discordância envolvem o uso da 1ª. pessoa do singular com o verbo na terceira e o uso da 3ª. do plural com o verbo na 3ª. do singular. Há, ainda, dois casos de uso da 1ª. pessoa do plural com o verbo na 3ª. do singular.

Comparando as tabelas 3 e 4, vemos que R. não faz uso da forma 'a gente', enquanto AC e G. apresentam uma porcentagem bem mais alta desta forma do que do pronome *nós*. Em todo o caso, é plausível afirmar que a primeira pessoa do plural ainda é parte do paradigma verbal das três crianças.

Rubino & Pine (1998) mostram um padrão semelhante de concordância sujeito-verbo no PB. Os autores analisaram uma criança entre 3;2 e 3;4 anos, da mesma região de R. e com o mesmo histórico sócio-econômico.

Pessoa/número	Produções com discordância (%)
1 SG	8.4
2 SG	0
3 SG	0.5
1 PL – <i>a gente</i>	23.5
1 PL – <i>nós</i>	0
2 PL	—
3 PL	43.5

Tabela 5: Proporção de produção com discordância para cada pessoa/número (adaptado de Rubino & Pine, 1998: 44)

Os resultados de Rubino & Pine são bastante semelhantes aos de R. em relação à 1ª. pessoa do singular, todos envolvendo os verbos *querer* e *ir*. Os autores também apontam que a flexão esperada co-ocorreu com a discordância nas amostras examinadas. Há, como se pode observar na tabela 5, vários casos de discordância com a forma *a gente* utilizada, pela criança, com o verbo flexionado para a 1ª. pessoa do plural. Entretanto, não houve nenhum caso de discordância quando a criança se utilizava do pronome *nós*.

Finalmente, a maior taxa de discordância encontrada pelos autores ocorre com a 3ª. pessoa do plural utilizada com a flexão verbal de 3ª. do singular. Segundo os autores, esses casos param de ocorrer quando a criança está com 3;3 anos, persistindo apenas três casos em contextos de sujeito composto (X e Y verbo) – uma forma eventualmente encontrada no *input*.

Poder-se-ia argumentar que os casos de discordância na fala infantil são um reflexo da perda de concordância em PB. Porém, tal explicação não é suficiente, já que a aquisição da morfologia plural é mais tardia do que a singular em outras línguas românicas que não sofreram nenhum tipo de empobrecimento morfológico nos paradigmas verbais, como em espanhol e italiano. Ezeizabarrena (1997), trabalhando com a aquisição da concordância em espanhol, afirma que o uso da flexão de 3ª. pessoa do singular é muito freqüente em contextos em que o plural seria o esperado na gramática adulta.¹¹ Pizzuto & Caselli (1992) e Caselli et al. (1993) (apud Rubino

& Pine, 1998) mostram o mesmo efeito na aquisição do italiano. Voltaremos a esse ponto na seção 3.1.

2.3.2. *Objetos*

Como todos sabemos, o PB perdeu os clíticos de 3ª. pessoa e em seu lugar encontramos, atualmente, os objetos nulos ou pronomes lexicais (com a forma do paradigma nominativo), a depender dos traços semânticos do antecedente (cf. Cyrino, 1996; Duarte, 1989, entre outros). As poucas instâncias de clíticos encontradas em adultos são resultado de escolaridade. Assim, não se espera encontrar clíticos na fala infantil, o que os dados confirmam. Vamos aqui nos concentrar nos objetos diretos de 3ª. pessoa nas produções de AC e R.

NULO		PRONOMES LEXICAIS		DPS		TOTAL	
N	%	N	%	N	%	N	%
275	29.2	93	9.8	575	61	943	100

Tabela 6: Média geral de objetos para as duas crianças

Pode-se verificar que a grande preferência de realização do objeto é pelo DP, amplamente utilizado de forma anafórica inclusive. Trata-se de um padrão bastante distante daquele encontrado na gramática adulta; pois, segundo Duarte (1989), adultos utilizam preferencialmente o nulo (62,6%), ficando os DPs com 17,1%, os pronomes lexicais com 15,4% e os clíticos com 4,9% (nos falantes escolarizados).

A figura 3 abaixo traz uma comparação entre a produção de objetos em R., dividida nos dois estágios propostos para o sujeito, e os adultos, segundo Duarte (op. cit.).

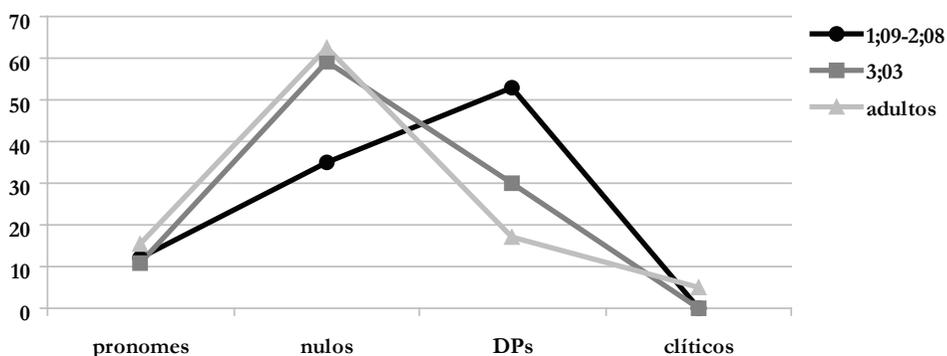


Figura 3: Produção de objetos em R., em dois estágios do desenvolvimento, e adultos

Aos 3;3 anos R. apresenta um comportamento bastante próximo do adulto, ao menos em relação ao uso de pronomes e nulos, embora ainda se utilize de uma quantidade mais alta de DPs do que os adultos.

Simões (1997) mediu o uso de objetos em uma criança entre os 2;4 e 3;0 anos, chegando às seguintes médias percentuais: 13% para pronomes, 38,6% para DPs e 48,4% para nulos.

Se compararmos os resultados de R. aos de Simões (op. cit.), de acordo com os estágios estabelecidos anteriormente, detecta-se um padrão de desenvolvimento para os objetos. Parece haver uma troca entre o uso de DPs e a categoria nula, enquanto os pronomes lexicais permanecem relativamente constantes.

Idade/Sujeitos	Pronomes	Nulos	DPs	Clíticos
1;09 – 2;08 (R.)	12	35	53	—
2;04 – 3;00 (Simões, 1997)	13	48.4	38.6	—
3;03 (R.)	11	59	30	—
Adultos (Duarte, 1989)	15.4	62.6	17.1	4.9

Tabela 7: Realização do objeto por faixa etária

2.3.3. Uma breve comparação entre sujeitos e objetos

Antes de passarmos aos adjuntos, vamos examinar a figura 4, abaixo, que

ilustra as diferenças de produtividade encontradas para o uso de DPs e nulos como sujeitos e objetos. Pode-se verificar com clareza o padrão de desenvolvimento: enquanto o uso de DPs em posição de sujeito aumenta, o uso de DPs em posição de objeto diminui e o padrão inverso é encontrado para as categorias nulas. O uso de pronomes nas duas posições apresenta um padrão estável, ao menos em R., por isso foi deixado de fora da figura. As crianças aparentemente mudam de estratégia, passando do sujeito nulo para o preenchido, especialmente com DPs, e de objetos lexicais para os nulos.

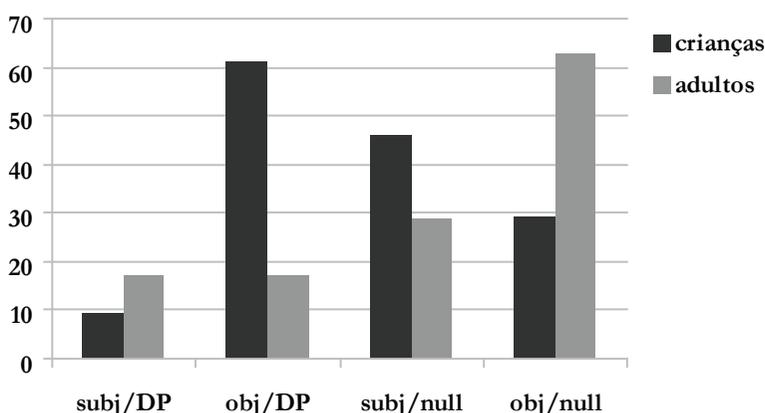


Figura 4: Produção de sujeitos e objetos, como DP ou nulos, nas crianças examinadas comparativamente aos adultos

Na seção 3.2. proporemos uma análise para o fenômeno da assimetria entre os argumentos na gramática infantil.

2.3.4. *Adjuntos*

Os resultados para adjuntos referem-se às crianças AC e G e, como pontuamos na Introdução, envolvem apenas adjuntos propriamente, a que chamamos lá de ‘puros’. Isso significa que não se considerou nenhum caso de advérbio, já que estes elementos ocupam a posição de especificadores de categorias funcionais específicas (cf. Cinque, 1999, entre outros). Foram considerados, portanto, os adjuntos que preferencialmente se adjungem a VP ou TP, realizados por sintagmas preposicionados (PPs), com ou sem núcleo realizado, tendo a preposição um sintagma nominal (NP)

como complemento (10 e 13, respectivamente) ou uma sentença infinitiva (11), ou ainda adjuntos sentenciais (12).

(10) eu tomei banho lá *no banheiro*. (AC 2;3)

(11) bota aqui *pra ele falar de novo*. (AC 3;0)

(12) aí, *quando quando eu não consegui tilar ele*, tive que tilar ele.(G. 2;3)

(13) ela vai diligir *um pouco*. (G. 2;3)

Vemos, na figura abaixo, o padrão de desenvolvimento dos adjuntos por faixa etária:

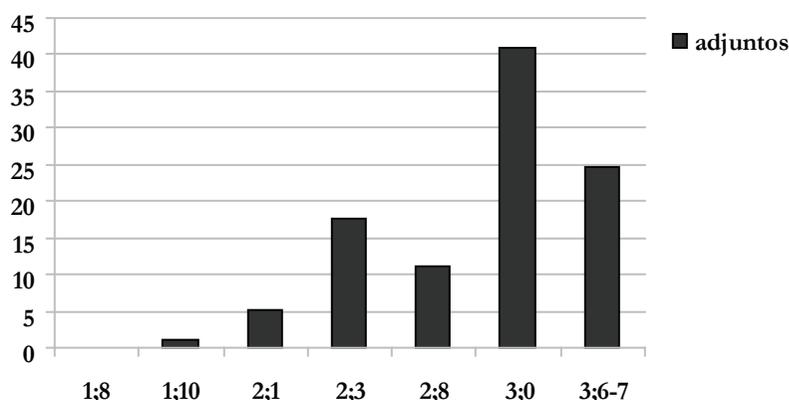


Figura 5: Média percentual de produção de adjuntos nas duas crianças ao longo do desenvolvimento

Pode-se observar que não houve nenhum caso de adjunto no primeiro arquivo examinado. No segundo, há um único exemplo produzido por G. A partir dos 2;1 anos, ambas as crianças começam a realizar mais produtivamente os adjuntos. A oscilação que se verifica a partir daí só pode ser explicada pelo tipo de assunto em pauta nos inquéritos, já que adjuntos não são selecionados, como os argumentos. O interessante é que não houve nenhum caso de uso agramatical de adjuntos, quer por omissão da preposição em contexto obrigatório, quer por substituição da mesma.

O padrão de produção entre as duas crianças também é muito semelhante, conforme vemos na figura abaixo:

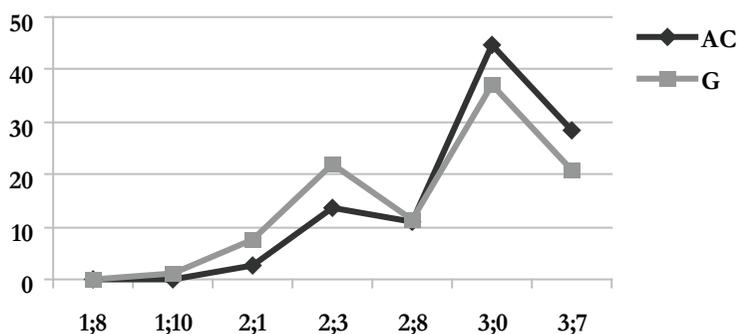


Figura 6: Uso de adjuntos por faixa etária em cada criança

Finalmente, podemos ter um quadro das diferentes realizações do adjunto por faixa etária:

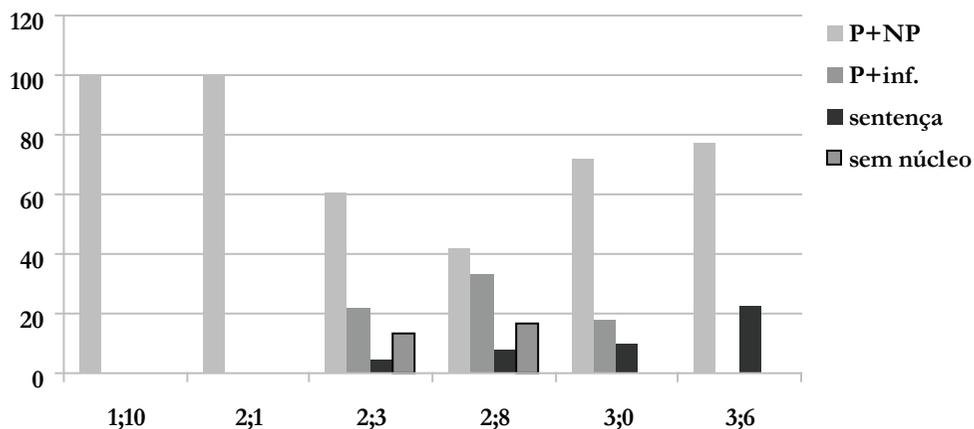


Figura 7: Forma dos adjuntos por faixa etária nas duas crianças

As primeiras produções envolvem apenas os casos de PPs, tendo a preposição um NP como complemento. As preposições utilizadas são *de* e *em*, introduzindo beneficiários e locativos. A partir dos 2;3 anos, todas as formas são encontradas e a gama de preposições aumenta, permanecendo a mesma até o último arquivo examinado (*de*, *em*, *com*, *para*, *por*). Os adjuntos sentenciais normalmente são temporais

e ocorrem tanto em posição inicial quanto final da sentença matriz. Os casos de P + sentença infinitiva são, quase que invariavelmente, introduzidos pela preposição *para*, determinando a função semântica de finalidade.

Se compararmos os resultados para os argumentos em relação aos adjuntos, o que mais chama a atenção é o fato de que as crianças, enquanto lutam com a aquisição dos primeiros, especialmente dos sujeitos, não parecem ter problemas com os últimos. Isso nos permite considerar dois pontos. O primeiro é que os adjuntos colocam, de fato, um sério problema para as hipóteses de *performance*, pois como se pode explicar que, ao mesmo tempo em que não produzem sujeitos, conseguem produzir adjuntos? O segundo parece nos levar a crer que relações de complementação e adjunção não são um problema na gramática infantil, enquanto as que envolvem os especificadores parecem ser.

Podemos, agora, voltar à questão original: por que encontramos tal assimetria na produção de sujeitos e objetos nas gramáticas iniciais da criança?

3. DISCUSSÃO

3.1. Sujeito e traços

Kato (1999, 2000) propõe que em línguas de sujeito nulo o morfema de concordância verbal (Agr) é um item independente na numeração, carregando traços D, fi e de caso. O verbo viria apenas flexionado para tempo. Agr é concatenado (*merged*) ao verbo e se adjunge a T para checar seu traço EPP. Seria, portanto, um Agr pronominal com um conjunto completo de traços-fi. Nas línguas em que o Agr não é pronominal, os portadores de traços-fi serão pronomes livres ou clíticos. Ainda de acordo com Kato, em PB Agr não é mais pronominal, assim as únicas categorias que podem checar os traços-fi de V+T são os pronomes nominativos ou DPs. Seguindo Kato (op. cit.) e Galves (1993), Rodrigues (2000) sugere que Agr tenha se tornado defectivo em relação aos traços-fi em PB, perdendo a especificação para o traço de pessoa. Quando V se adjunge a T, Agr satisfaz o traço EPP de T, mas não é capaz de checar seus traços-fi, já que é defectivo.

Vamos igualmente assumir que Agr em PB tenha perdido sua especificação para o traço de pessoa, seguindo a proposta de Rohrbacher (1999), segundo a qual,

o traço de pessoa é especificado em uma dada língua se houver distinção fonológica entre a 1^a, 2^a. e 3^a. pessoas e se a 3^a. pessoa for distinta da forma infinitiva do verbo. Como sabemos, a 1^a. e a 2^a. pessoas (do discurso) são distintivamente marcadas na flexão verbal, ao menos para o singular. Contudo, a 2^a. e a 3^a. pessoas não são distintivamente marcadas.

Por outro lado, vamos assumir, seguindo Roberts (1993), que *número* ainda seja uma categoria especificada em PB. Segundo o autor, a distinção relevante se dá entre as formas do singular e plural. Ora, ao menos para os paradigmas que ainda conservam a 1^a. pessoa do plural, caso das crianças aqui examinadas, essa distinção é operativa.

Em relação ao núcleo T, há evidências de que seja projetado desde o primeiro arquivo examinado, como se percebe pelo uso do auxiliar em (14):

(14) Babalu (= cavalo) ‘tá (está) papando (= comendo) (R. 1;09)

Como conseqüência, algum elemento nominal terá que satisfazer seu traço EPP. Hipotetizamos que as crianças adquirindo línguas românicas, incluindo o PB, tratem Agr como pronominal inicialmente. Contudo, os traços de pessoa e número estão ainda subespecificados e o processo de aquisição consiste em sua seleção. Assim, os traços-fi não-interpretáveis em T não precisam ser checados enquanto estiverem inativos. Isso explica o uso concomitante de sujeitos nulos e pronominais na gramática infantil, mas no caso dos últimos, sua realização morfológica não é lida da sintaxe, mas ocorre por *default* (cf. Kato, 2000). Explica, também, o uso de sujeitos nulos referenciais com verbos finitos pelas crianças adquirindo o PB, quando estão em contextos não mais atestados na gramática adulta:

(15) a. A casa, Ø assei (= achei). (R. 2;01)

b. Por que Ø ficô tite (= triste)? (R. 2;05)

Voltando à seleção de traços, o relevante é a criança perceber pistas no paradigma verbal para decidir se Agr em sua língua é fi-completo ou defectivo e, no último caso, quais são os traços relevantes, se pessoa ou número ou nenhum dos dois traços. Assim, uma criança adquirindo uma língua como o espanhol ou o italiano reconhecerá a distinção fonológica entre a 1^a. e a 2^a. pessoa, conforme Rohrbacher

(1999), e a distinção de número, conforme Roberts (1993). Uma criança adquirindo o PB perceberá que não há distinção entre a 1ª. e 2ª. pessoas, embora haja entre as formas no singular e plural. Já uma criança adquirindo uma língua como o inglês perceberá que nem pessoa nem número são distintivos.¹² Trata-se, portanto, da seleção entre [\pm pessoa] e [\pm número]. As previsões são bastante claras.

De um lado, há línguas em que Agr é fi-completo e logo a criança seleciona os traços relevantes, já que o *input* é bastante robusto. De outro, há línguas com morfologia tão pobre que a criança não passa por um estágio de Agr pronominal. E no meio há o PB, em que a criança deve selecionar apenas o traço de número em T. Esse traço é aqui considerado selecionado – e passa, portanto, a ser especificado no núcleo funcional – quando as crianças são capazes de produzir as marcas de concordância para o plural. A previsão, então, é que sentenças como (15) deixarão de ser produzidas, o que verificamos nos dados a partir dos 2;8 anos.

Uma análise baseada em traços parece dar conta da produção de sujeitos, mas ainda não explica a assimetria de realização das formas em posição de sujeito e objeto. Uma explicação alternativa ainda é necessária para resolver o dilema.

3.2. Uma possível explicação para a assimetria: Múltiplos Spell-out (MSO)

Uriagereka (1999) propõe que a operação de *spell-out* é realizada mais do que uma vez durante a derivação de uma sentença. Atualmente essa concepção é bastante aceita, a partir dos modelos de fases propostos por Chomsky (1999, 2001).¹³

A idéia do autor é deduzir a linearização das estruturas a partir de condições de saída ou de economia e para tanto ele considera ‘comando’ como uma condição suficiente para determinar as relações de precedência e, assim, define um objeto formal – uma unidade de comando (UC):¹⁴

“[uma UC] emerge na derivação através da aplicação contínua de concatenação (*merge*). /.../ Ou seja, se concatenarmos elementos a um marcador frasal já formado, então obtemos UCs.” (p. 252, minha tradução)

Quando a operação de concatenação se aplicar a objetos sintáticos montados separadamente – em espaços derivacionais distintos –, o sistema gerará mais do que

uma UC. Se mais do que uma UC for formada, a derivação será forçada a enviá-las para *spell-out* em estágios distintos para dar conta da linearização.

De acordo com sua versão radical do modelo, cada UC que vai para *spell-out* não pode mais se concatenar com o resto da estrutura, o que ocorre nos sistemas de *performance*. Porém, marcadores frasais que já foram enviados para *spell-out* devem encontrar um caminho para sua interpretação em LF e isso ocorre através da concordância que vai “colar” (palavras do autor) marcadores frasais separados, servindo como um “endereço” (ainda, palavras do autor) para as diferentes UCs.

Voltando à nossa pergunta, como as UCs podem dar conta da assimetria entre sujeitos e objetos na fala infantil? Na realidade, de forma bastante previsível: DPs complexos que não em posição de complemento forçarão o sistema a montar objetos sintáticos em paralelo, resultando em mais do que uma UC e, portanto, em múltiplas aplicações de *spell-out*. Contudo, DPs complementos sempre estarão na mesma UC que o verbo que os seleciona, levando o sistema computacional a apenas uma aplicação de *spell-out*. O mesmo argumento pode ser levantado para o uso de elementos não complexos em posição de sujeito durante o processo de aquisição – sujeitos nulos ou pronominais não forçarão o sistema a montar diferentes UCs e, portanto, a enviar a derivação em múltiplos *spell-out*.

A próxima pergunta que decorre é por que a criança favoreceria uma única aplicação de *spell-out*. Assumimos que isso tem a ver com os traços-fi não especificados em sua gramática. Apenas quando tiver selecionado o traço [+ número], no caso do PB, é que sairá do estágio de um único *spell-out*, pois apenas então seu sistema computacional terá os traços relevantes para saber onde um dado marcador frasal pertence numa derivação particular para fins de interpretação.

Mas restam, ainda, os adjuntos. Como explicar sua realização tão precoce e complexa enquanto a criança ainda não dá conta de lidar com múltiplas UCs? Ora, o problema parece estar mesmo nos traços de concordância. Adjuntos não precisam deles. Contudo, em abordagens mais recentes (Chomsky, 1999 e 2001), os adjuntos são tomados como concatenados paralelamente a uma dada estrutura e se adjungem a ela (ou parte da estrutura) no ponto em que são transferidas para *spell-out*. O interessante é que nos adjuntos sentenciais ou introduzidos por preposição tendo como complemento uma sentença infinitiva, não há casos de sujeitos complexos. Portanto, os adjuntos das crianças aqui analisadas formam apenas uma UC.

Isso nos leva a concluir que a formação de UCs em espaços derivacionais pa-

ralelos não é problema para a gramática infantil, o problema se põe quando UCs distintas têm que ser ‘coladas’ por traços de concordância. Em outras palavras, a complexidade derivacional não parece ser um problema para as gramáticas infantis, mas mecanismos de concordância são. E os adjuntos, afinal, embora não selecionados, parecem ser mais bem comportados do que os argumentos.¹⁵

NOTAS

¹ Este texto é parte de minha pesquisa vinculada à bolsa de produtividade CNPq (processo nº 303617/2004-7). Contou, em diferentes momentos, com a participação das seguintes bolsistas em IC: Aline da Silva Zilli, Tharen Teixeira de Souza, Jossiana da Silva e Melissa Forato. Parte das hipóteses e análises para a assimetria sujeito-objeto encontra-se, de forma mais extensa, em Lopes (2003). Gostaria de agradecer às organizadoras do volume pelo convite.

² Gerken (1991) apresenta resultados experimentais semelhantes para o inglês, embora parta de uma hipótese fonológica que não vamos explorar aqui.

³ O asterisco apenas indica que a sentença infantil não é a esperada na gramática-alvo, já que em ambos os exemplos os DPs são referenciais. Em (4b) há um caso de posse inalienável, em que podemos ter a queda do possessivo em PB (o [meu] narizinho), mas não do determinante.

⁴ Cf. Guilfoyle, 1984; Hoekstra et al. 1997; Hyams 1986, 1994; Hyams & Wexler, 1993; Radford, 1990; Rizzi, 1994a; dentre outros.

⁵ Para uma abordagem baseada em *performance*, cf. Bloom, 1990, 1993; Valian, 1991; Valian & Eisenberg (1996); dentre outros.

⁶ Para uma análise sobre a aquisição do objeto, especialmente o nulo, cf. Casagrande (2007), Lopes (2007 e no prelo).

⁷ R. pertence à base de dados do CEDAE/IEL/Unicamp. AC e G pertencem à base de dados do CEAAL/PUCRS. Agradecemos ao prof. Sérgio Menuzzi que gentilmente disponibilizou os arquivos para análise.

⁸ Excluímos seus resultados para expletivos nulos.

⁹ Excluímos o último arquivo de cada criança para uma comparação mais justa com R.

¹⁰ Durante o primeiro estágio, R. apresentou várias instâncias (4,2%) da fórmula “Vamos V_infinitivo” (vamos brincar, por exemplo). Esses casos foram excluídos por serem categorialmente nulos.

¹¹ A autora não fornece as frequências.

¹² Deixamos de lado aqui línguas como o alemão, embora reconheçamos que colocam um problema para a análise.

¹³ Não vamos fazer aqui qualquer paralelo entre os dois modelos, pois foge ao escopo do trabalho.

¹⁴ Infelizmente não temos como discutir aqui, por razões de espaço, as motivações do autor. Recomendamos a leitura do texto original.

¹⁵ Para uma discussão nesse sentido, cf. Hornstein & Nunes (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Paul (1990) Subjectless sentences in child language. *Linguistic Inquiry* 21: 491-504.

_____ (1993) Grammatical continuity in language development: the case of subjectless sentences. *Linguistic Inquiry* 24: 721-734

CASAGRANDE, S. (2007) *A aquisição do objeto direto anafórico em PB*. Dissertação de mestrado, UFSC.

CHOMSKY, Noam (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____ (1998) Minimalist Inquiries: the Framework. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 15: 1-56.

- _____ (1999) Derivation by Phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 18: 1-40.
- _____ (2001) Beyond Explanatory Adequacy. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 20: 1-28.
- CINQUE, Guglielmo (1999) *Adverbs and functional heads*. Oxford: Oxford University Press.
- CYRINO, Sonia (1996) *O objeto nulo no Português do Brasil*. Tese de doutorado, Unicamp.
- DUARTE, Maria Eugênia (1989) Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. In *Fotografias Sociolinguísticas*, Fernando Tarallo (ed.), 19-34. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes.
- _____ (1995) *A perda do princípio Evite Pronome no Português Brasileiro*. Tese de doutorado, Unicamp.
- EZEIZABARRENA, Maria Jose (1997) Morfemas de concordancia con el sujeto y con los objetos en el castellano infantil. In *Contemporary Perspectives on the Acquisition of Spanish*, Ana Teresa Perez-Leroux & William Glass (eds.), 21-36. Somerville, Mass.: Cascadilla Press.
- FUJINO, Hanako & Tetsuya Sano (forthcoming) Aspects of the null object phenomenon in child Spanish. In: *The acquisition of Spanish morphosyntax*, J. M. Liceras & Ana Teresa Perez-Leroux (eds.). Dordrecht: Kluwer.
- GALVES, Charlotte (1993) O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro. In *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Mary Kato & Ian Roberts (eds.), 387-408. Campinas: Unicamp.
- GERKEN, LouAnn (1991) The Metrical Basis for Children's Subjectless Sentences. *Journal of Memory and Language* 30: 431-451.
- GUILFOYLE, Eithne (1984) The acquisition of Tense and the emergence of lexical subjects in child grammars of English. *McGill Working Papers in Linguistics* 2(1).
- HOEKSTRA, Teun; Nina Hyams & Misha Becker (1997) The underspecification of Number and the licensing of root infinitives. *BUCLD Proceedings* 21: 293-306.
- HORNSTEIN, N. & J. Nunes (2006) Some thoughts on adjunction. UMD, USP.

ms.

HYAMS, Nina (1986) *Language acquisition and the theory of parameters*. Dordrecht: Reidel.

HYAMS, Nina (1994) V2, null arguments and COMP projections. In *Language Acquisition Studies in Generative Grammar*, Teun Hoekstra & Bonnie D. Schwartz (eds.), 21-55. Amsterdam: John Benjamins.

HYAMS, Nina & Kenneth Wexler (1993) On the grammatical basis of null subjects in child language. *Linguistic Inquiry* 24: 421-459.

KATO, Mary & Esmeralda Negrão (2000) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.

KATO, Mary (1999) Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS* 11: 1-37.

_____ (2000) The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In *Mary Kato & Esmeralda Negrão* (eds.), 207-240.

LOPES, Ruth E. V. (2003) The production of subject and object in Brazilian Portuguese by a young child. *PROBUS*, 15: 123-146.

_____ (2007) *Gramáticas infantis na aquisição do objeto: o que têm a revelar?* Artigo apresentado no Congresso da ABRALIN.

_____ (no prelo) Katar, Kato, Katou: a aquisição do objeto nulo e sua relação com aspecto. In: A. Castilho, M. A. Torres de Moraes, S. M. L. Cyrino & R. E. V. Lopes (orgs) *Descrevendo, historiando e adquirindo o PB*. Campinas: Pontes/Fapesp.

PAREDES, Vera (2001) Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: um estudo em tempo real. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ms.

RADFORD, Andrew (1990) *Syntactic theory and the acquisition of English syntax: the nature of early grammars of English*. Oxford: Blackwell.

RIZZI, Luigi (1994a) Some notes on Linguistic theory and language development. *Language Acquisition* 3: 371-394.

_____ (1994b) Early null subjects and root null subjects. In *Language acquisition*

studies in Generative Grammar, Teun Hoekstra & Bonnie Schwartz (eds), 151-176. Amsterdam: John Benjamins.

ROBERTS, Ian (1993) *Verbs in Diachronic syntax. A comparative history of English and French*. Dordrecht: Kluwer.

RODRIGUES, Cilene (2000) *Deriving Brazilian Portuguese Referential Null Subjects from Movement*. University of Maryland at College Park, ms.

_____ (2002) Loss of verbal morphology and the status of referential null subjects in Brazilian Portuguese. In *Syntactic Effects of Morphological Change*, David Lightfoot (ed.), 1-41. Oxford: Oxford University Press.

ROHRBACHER, Bernhard (1999) *Morphology-driven syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

RUBINO, Rejane & Pine, Julian (1998) Subject-verb agreement in Brazilian Portuguese: what low error rates hide. *Journal of Child Language* 25: 35-59.

SIMÕES, Luciene (1997) *Sujeito nulo na aquisição do Português Brasileiro*. Unpublished Ph.D. Dissertation, PUCRS, Porto Alegre.

_____ (2000) *Null subjects in Brazilian Portuguese: developmental data from a case study*. In Mary Kato & Esmeralda Negrão (eds.), 75-103.

URIAGEREKA, Juan (1999) Multiple Spell-out. In *Working Minimalism*, Samuel Epstein & Norbert Hornstein (eds.), 251-282. Cambridge, Mass.: MIT Press.

VALIAN, Virginia (1991) Syntactic subjects in the early speech of American and Italian children. *Cognition* 40: 21-81.

VALIAN, Virginia & EINSENBURG, Zena (1996) The development of syntactic subjects in Portuguese-speaking children. *Journal of Child Language* 23: 103-128.

WANG, Qi; Diane Lillo-Martin; Catherine Best & Andrea Levitt. (1992) Null subject vs. null object: some evidence from the acquisition of Chinese and English. *Language Acquisition* 2: 221-254.

WEXLER, Kenneth (1998) Very early parameter setting and the Unique Checking Constraint: a new explanation of the Optional Infinitive Stage. *Lingua* 106: 23-79.

